

João Ferreira Dias

GUERRAS CULTURAIS

**OS ÓDIOS
QUE NOS
INCENDEIAM
E COMO
VENCÊ-LOS**

NÃO-FICÇÃO · HISTÓRIA

Índice

AGRADECIMENTOS	9
--------------------------	---

INTRODUÇÃO

O que são, exactamente, «guerras culturais»?	11
--	----

CAPÍTULO I

As ideias que moldam as guerras culturais	19
---	----

CAPÍTULO II

A dimensão política das guerras culturais	29
---	----

PARTE II

O caso português

CAPÍTULO I

As guerras culturais na História de Portugal	61
--	----

CAPÍTULO II

«Entre as brumas da memória»	73
--	----

CAPÍTULO III

A Descolonização da Cultura: Manuais Escolares, Derrube de Estátuas e Devolução da Arte.	111
---	-----

CAPÍTULO IV

O género da guerra cultural	139
---------------------------------------	-----

CAPÍTULO V

O debate sobre o racismo	167
------------------------------------	-----

CAPÍTULO VI

A guerra cultural sobre a imigração	199
---	-----

CONCLUSÃO

Como podemos superar as guerras culturais (?)	213
---	-----

Agradecimentos

Se é verdade que a escrita de um livro, como de um artigo de opinião ou científico (se individual), é um processo solitário, não é menos verdade que resulta de uma teia de relações que o permitem e incentivam. Nesse sentido, gostaria de começar por agradecer aos meus editores, Manuel S. Fonseca e Rita Fonseca, pelo acolhimento da obra desde o primeiro momento, vendo no tema relevância, e acreditando no projecto com pouco para ler. Em segundo lugar, a João Pedro Marques, por colocar de parte quaisquer divergências no entendimento das várias matérias e promover o contacto com os editores.

Adicionalmente, gostaria de agradecer às figuras do espaço político com quem conversei para o meu projecto de pesquisa científica em curso, mas que, de alguma forma, estão vertidas aqui, bem como aos meus colegas José da Silva Horta e Carlos Almeida, historiadores de África, que me permitiram uma compreensão mais fina do debate sobre a escravatura e as sociedades africanas.

Depois, gostaria de agradecer o apoio incondicional da minha família.

INTRODUÇÃO

O que são, exactamente, «guerras culturais»?

O que têm em comum os debates filosóficos na Grécia Antiga, as Revoltas Macabeias, a Revolução Meiji e as divisões sociais actuais sobre identidade de género? À primeira vista nada. No entanto, embora se trate de acontecimentos separados por séculos e até por geografias, na verdade partilham um traço essencial: a disputa por valores, identidades e o rumo das sociedades.

Compreender os caminhos que se traçam nas sinuosas estradas das guerras culturais exige ir além da superfície polarizada que frequentemente caracteriza os debates contemporâneos. É imprescindível examinar a origem e o significado de um termo que se tornou central no léxico moderno.

O conceito foi utilizado pela primeira vez, na sua formulação germânica de *kulturkampf*, pelo médico e político alemão Rudolf Virchow, em 1873, como forma de traduzir o conflito vigente entre o chanceler do Império Alemão, Otto von Bismarck, e a Igreja Católica, envolvendo medidas como a proibição de ordens religiosas e a secularização do ensino. Essas acções, inspiradas por ideais liberais, tinham por objectivo centralizar tanto o poder quanto a educação no Estado alemão unificado, limitando a influência da Igreja, tendo-se tornado fundamentais para a consolidação do Estado Moderno alemão e para a secularização institucional.¹

¹ Blackbourn, D. (1998). *The Long Nineteenth Century: A history of Germany, 1780-1918* (p. 351). Nova Iorque: Oxford University Press. Breuilly, J. (Ed.). (2019). *Nineteenth-century Germany: Politics, culture, and society 1780-1918*. Bloomsbury Publishing. Bepalova, L. N. (2020). «Kulturkampf» as the confrontation of the catholic church and the imperial government of Germany In the 70s of the XIX century.» *Bulletin of Nizhnevartovsk State University*, (4), 15-21.

Pela sua força simbólica, o conceito de *kulturkampf* transcendeu as suas origens históricas, consolidando-se como categoria analítica abrangente que engloba tensões sociais que vão além das questões clássicas do pensamento político, tais como a organização social, o desenho do Estado, o propósito das leis, do direito da guerra², ou das penas³.

É, pois, pelo seu carácter divisivo que as guerras culturais não se limitam a uma realidade do nosso tempo, mas antes assumem-se como um fenómeno recorrente na história da humanidade, se fizermos o exercício de olhar retrospectivamente sob essa lente.

Alguns exemplos já foram referidos acima, como a Guerra do Peloponeso (431-404 a. C.), que opôs a democracia ateniense à oligarquia militar espartana, revelando um confronto que transcendeu o campo de batalha para se tornar uma disputa de valores políticos e culturais. De igual modo, as Revoltas Macabeias (168-160 a. C.) ilustraram a resistência judaica contra o Império Selêucida, cuja tentativa de impor valores helenísticos colidia com uma identidade religiosa e cultural profundamente enraizada.

Outros momentos históricos reforçam a universalidade destas disputas. A Reforma e a Contra-Reforma, por exemplo, mergulharam a Europa do século XVI num turbilhão religioso que questionou, de forma violenta, a ordem espiritual e política estabelecida. Da mesma forma, a teoria heliocêntrica de Copérnico e Galileu desafiou a visão teológica cristã do universo, simbolizando a tensão entre a ciência emergente e os dogmas religiosos estabelecidos. Já a Revolução Meiji (1868-1912) marcou a transição do Japão de uma sociedade feudal para uma potência modernizada e industrializada, um processo

² Neste capítulo, o pensamento de Hugo Grotius, no séc. XVII, sobre a importância do respeito de regras humanistas e de proporcionalidade durante os períodos de conflito bélico, superando a ideia de discricionariedade durante a guerra, foi um marco – Grotius, H. (2012). *Hugo Grotius On the Law of War and Peace*. Cambridge University Press.

³ O mesmo acontece com o pensamento de Cesare Beccaria, sobre os delitos e as penas, ao trazer uma visão do humanitarismo jurídico, centrada na ideia de que as penas devem ser proporcionais aos crimes, de que os presos não são sujeitos ausentes de direitos, de que os castigos físicos são aberrantes e de que as penas não são transmissíveis a familiares – Beccaria, C. (2016). *On Crimes and Punishments*. Transaction Publishers.

que implicou um confronto intenso entre valores tradicionais e novas ideias de progresso. Mais do que uma transformação política e económica, o período reconfigurou os papéis sociais e culturais, criando uma nova identidade nacional que procurava reconciliar tradição e modernidade. Por outro lado, a Conquista Islâmica da Índia (séculos XII-XVIII) evidenciou o choque entre o hinduísmo e o islão, cujas interações moldaram a identidade cultural e religiosa da região.

Além destes exemplos amplamente conhecidos, encontramos guerras culturais noutras épocas. O Iluminismo europeu, por exemplo, promoveu um confronto intelectual entre razão e fé, desafiando a autoridade da Igreja e redefinindo os fundamentos da sociedade moderna. Esse movimento não apenas enfrentou a influência eclesiástica, mas também abriu caminho para a afirmação dos direitos individuais e o surgimento do Estado secular.

No mesmo sentido, o movimento abolicionista dos séculos XVIII e XIX, especialmente nos Estados Unidos, transcendeu a luta contra a escravidão, tendo-se tornado uma batalha ideológica sobre os direitos humanos, a moralidade e a própria concepção de sociedade, ampliando os horizontes dos valores de liberdade e igualdade.

Mais recentemente, o movimento sufragista dos séculos XIX e XX destacou a luta pela igualdade de género como uma guerra cultural que desafiava a ordem patriarcal vigente. No século XX, as tensões entre capitalismo e comunismo – personificadas pela Guerra Fria – transcenderam as disputas económicas e geopolíticas, simbolizando visões do mundo profundamente antagónicas sobre organização social, política e económica. De igual modo, a luta pelos direitos civis na década de 60 do século XX, nos Estados Unidos, transformou-se num palco de confronto cultural, enfrentando a segregação racial e reivindicando a igualdade e a justiça como valores fundamentais.

Compreende-se, portanto, que no âmago das guerras culturais reside uma dicotomia profunda entre visões da sociedade, que frequentemente desprezam ou negam a legitimidade de posições intermédias. O objectivo dessas disputas não é apenas influenciar ou debater, mas também afirmar uma pureza ideológica e reivindicar a posse da

CAPÍTULO I

As ideias que moldam as guerras culturais

As guerras culturais têm-se estruturado em torno de uma dicotomia aparentemente intransponível, dividindo os actores sociais e políticos em dois blocos abrangentes, genericamente designados como «conservadores» e «progressistas». Esta arrumação, amplamente inspirada no estudo de caso norte-americano, nem sempre se presta a uma transposição directa para outras realidades sociais e políticas. Tome-se, por exemplo, o conservadorismo clássico britânico, herdeiro do pensamento de Edmund Burke, que não se define por uma oposição visceral à mudança, mas antes por uma defesa cautelosa da continuidade e da ordem social, em que o tempo da mudança é um ciclo ponderado que não rasga as vestes da paz social. Trata-se de um conservadorismo que, por exemplo, não põe em causa a relevância do racismo para as desigualdades sociais.

Desse modo, o conservadorismo pode assumir múltiplas faces⁷, revelando-se, em alguns contextos, compatível com o reconhecimento de direitos como o casamento entre pessoas do mesmo sexo, visto como uma extensão de princípios liberais enraizados no constitucionalismo. Em contrapartida, o progressismo surge como uma posição político-filosófica que defende (amplas) transformações sociais, especialmente nas esferas dos costumes, dos direitos civis e da igualdade. Apesar de frequentemente associado à esquerda, o progressismo transcende fronteiras ideológicas tradicionais, manifestando-se em graus

⁷ Scruton, R. (2017). *Conservatism: Ideas in Profile*. Profile Books. Scruton, R. (1984). *The meaning of conservatism*. Springer.

variáveis tanto no centro-esquerda como no centro-direita⁸, em função dos valores e das prioridades de cada contexto. Este eclectismo reflecte a capacidade do progressismo de operar num quadro político amplo, onde as ideias de progresso, justiça e inclusão assumem diferentes roupagens conforme a conjuntura.

Não obstante discutirem temas sensíveis como o aborto, o casamento homossexual, a identidade de género, a laicidade *versus* o ensino religioso, a imigração ou a eutanásia – e, ocasionalmente, absorverem práticas retóricas do populismo de sectores radicais –, os partidos conservadores e progressistas moderados não se configuram como o principal palco das guerras culturais. Assim, em vez de descrever estas disputas como uma oposição genérica entre conservadores e progressistas no modelo norte-americano, parece mais acertado caracterizá-las como confrontos entre conservadores reaccionários e progressistas revolucionários, ou, recorrendo ao prefixo «ultra», entre ultraconservadores e ultraprogressistas.

Antes de se avançar para um exame da dimensão política destas guerras culturais, explicitando o que está em causa e de que modo estas disputas afectam a democracia, é essencial apresentar, neste capítulo, as principais ideias que lhes servem de base. A exposição será deliberadamente sumária, dado que este livro cobre uma diversidade de temas, mas procurará oferecer referências bibliográficas adequadas para um aprofundamento posterior.

Gramsci e a hegemonia cultural

Antonio Gramsci (1891-1937) foi um filósofo, teórico político e revolucionário italiano, que deixou uma marca profunda na teoria marxista e nos estudos culturais. Co-fundador do Partido Comunista Italiano (PCI), num tempo em que o comunismo se afirmava como a principal via alternativa ao fascismo, Gramsci foi preso pelo regime fascista de Benito Mussolini em 1926, passando o resto da sua vida

⁸ Nugent, W. (2009). *Progressivism: A very short introduction*. Oxford University Press.

encarcerado, período durante o qual escreveu os famosos e influentes *Cadernos do Cárcere*.

As suas reflexões, sobretudo sobre a hegemonia cultural, tiveram um impacto profundo não apenas na Esquerda radical, mas também, de forma inusitada, na Direita radical contemporânea. De modo sucinto, a teoria da hegemonia cultural de Gramsci defende que, mais do que pela força repressiva do Estado autoritário, o controlo social opera-se através do estabelecimento de uma cultura dominante que naturaliza valores, crenças e comportamentos sociais «de cima para baixo». Assim, a ordem social é moldada e normalizada, consolidando a subalternização das classes desfavorecidas.

Para reverter este estado de coisas, Gramsci propôs a «guerra de posição», na qual as forças progressistas deveriam lutar pela construção de uma contra-hegemonia. Este esforço implicaria desafiar as ideias dominantes e criar novas formas de pensamento e cultura que reflectissem os interesses das classes subalternas. Nesse contexto, surge o conceito de «intelectuais orgânicos».

Os intelectuais orgânicos ligados à cultura dominante actuam em esferas como a educação, os meios de comunicação e a religião, ajudando a naturalizar a visão de mundo da classe dominante e a consolidar o seu poder ideológico. Por outro lado, Gramsci destaca que as classes subalternas também podem criar os seus próprios intelectuais orgânicos, que seriam essenciais para o desenvolvimento de uma consciência crítica nas massas e para a organização de projectos políticos contra-hegemónicos.

Inspirada por estas ideias, a Esquerda radical utilizou os *media* e outras formas de produção cultural para desafiar a hegemonia dominante, promovendo temas como justiça social, igualdade de género e direitos das minorias.

De forma paradoxal, as ideias de Gramsci também foram apropriadas pela Direita radical, que as utilizou como um guia para compreender e reagir às mudanças culturais e sociais promovidas pela Esquerda. Intelectuais como William S. Lind, que popularizou o termo «marxismo cultural» (um conceito a explorar posteriormente), e Pat Buchanan reinterpretaram Gramsci para combater o que

percebem como uma nova hegemonia cultural de matriz progressista, que, segundo argumentam, dominou as universidades, os *media* e outras instituições culturais. Como resposta, sugerem⁹ uma contra-estratégia gramsciana para os conservadores, defendendo a necessidade de reconquistar tais instituições e restaurar uma hegemonia cultural conservadora. É o chamado «cultural *backlash*»¹⁰.

No Brasil, a Direita radical, especialmente no sector evangélico, tem demonstrado grande preocupação com a hegemonia cultural, reinterpretando conceitos gramscianos para promover uma visão conservadora. Um exemplo notável é a «teoria dos sete montes» ou «mandato cultural», desenvolvida por líderes cristãos na década de 70. Esta estratégia propõe a influência em sete áreas da sociedade – governo, *media*, família, negócios, educação, religião e entretenimento – com o objectivo de restaurar valores cristãos.

Figuras como Silas Malafaia, influente pastor evangélico, consideram esta abordagem essencial para combater a hegemonia progressista e secular, frequentemente associada aos anos de governo do Partido dos Trabalhadores (PT). Esta estratégia tem tido um impacto significativo na política brasileira, destacando-se o apoio evangélico à eleição de Jair Bolsonaro, cujas políticas estão alinhadas com os valores promovidos por líderes religiosos.

O pós-modernismo

O pós-modernismo surgiu no século xx como uma corrente crítica às grandes narrativas iluministas, como a razão, o progresso e a universalidade. Nos anos 60 e 70, pensadores como Michel Foucault, Jacques Derrida e Jean-François Lyotard, da chamada «Escola Francesa», rejeitaram a ideia de conhecimento objectivo e universal, destacando o papel das relações de poder na construção do saber. Foucault argumentava que o discurso científico, longe de ser neutro, consolidava estruturas de

⁹ Lind, W. S., & Weyrich, P. M. (2009). *The Next Conservatism: A Serious Program for the Future*. St. Augustine's Press.

¹⁰ Norris, P., & Inglehart, R. (2019). *Cultural Backlash and the Rise of Populism: Trump, Brexit, and Authoritarian Populism*. Cambridge University Press.

poder, enquanto Derrida, através da desconstrução da linguagem e das categorias metafísicas, revelou as contradições internas dessas narrativas universalistas e o modo como a linguagem perpetua hierarquias e exclusões.

No campo epistemológico, o pós-modernismo rejeita a aspiração à objectividade e propõe que o conhecimento deve servir como instrumento de emancipação. Essa visão relativista sustenta duas premissas: (i) apenas os próprios povos podem conhecer autenticamente a sua cultura, o que desafia a possibilidade de traduções interculturais, e (ii) todas as formas de conhecimento têm valor, questionando os padrões de rigor científico, que seriam vistos como imposições coloniais.

Adicionalmente, os pós-modernistas questionaram como foram instrumentalizados os ideais iluministas para legitimar práticas opressivas, como o colonialismo e o racismo científico, e para excluir mulheres e minorias. Apesar dessas críticas, Helen Pluckrose e James Lindsay, em *Teorias Cínicas*, advertem que a rejeição da universalidade pode levar a novos dogmatismos, especialmente nos estudos identitários, enquanto Yascha Mounk, em *A Armadilha Identitária*, sublinha que o foco excessivo na fragmentação identitária enfraquece solidariedades amplas, essenciais para enfrentar desafios globais como a desigualdade ou as alterações climáticas.

O papel da linguagem é outra questão central no pós-modernismo. Para Foucault¹¹, os discursos não só descrevem a realidade, mas constroem-na, moldando normas sociais e legitimando relações de poder. Derrida¹² complementou, argumentando que significados implícitos na linguagem perpetuam exclusões. Críticos como Jürgen Habermas¹³, Martha Nussbaum¹⁴, e Sokal e Bricmont¹⁵, no entanto,

¹¹ Foucault, M. (1972). *The Archaeology of Knowledge*. Nova Iorque, NI: Pantheon Books.

¹² Derrida, J. (1976). *Of Grammatology* (G. C. Spivak, Trans.). Baltimore: Johns Hopkins University Press.

¹³ Habermas, J. (1987). *The Philosophical Discourse of Modernity: Twelve Lectures*. Cambridge, MA: MIT Press.

¹⁴ Nussbaum, M. C. (2004). *Hiding from Humanity: Disgust, Shame, and the Law*. Princeton University Press.

¹⁵ Sokal, A., & Bricmont, J. (1998). *Fashionable Nonsense: Postmodern Intellectuals' Abuse of Science*. Nova Iorque: Picador.